

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2ª Sessão Ordinária de 2018

(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, de 09/02/2018, págs. 1/21)

Dia: 20/02/2018

Hora: 13:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária (05/02/2018).

#### Incluído na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

2) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000134/2017-87

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Assunto: Visa realizar visita técnica no Estado de Rondônia em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

#### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

#### Processos com Pedidos de Vista

#### Pedido de Vista em 04/07/2017

1) Pedido de Providências n.º 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

2) Proposição n° 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 08/08/2017

3) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00741/2016-65

Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato n° 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Bahia

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedidos de Vista em 24/10/2017

- 5) Pedido de Providências nº 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)  
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915  
Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo  
Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva
- 6) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

#### Pedido de Vista em 14/11/2017

- 7) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes  
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522  
Embargado: Monique Cheker de Souza  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

#### Pedidos de Vista em 28/11/2017

- 8) Proposição nº 1.00973/2017-77  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00998/2017-34  
Requerente: Emerson Maciel Elias  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão do Conselho Superior proferida no julgamento do Edital de Promoção nº 067/2017. Garantia de posição de antiguidade. Promoção por merecimento do requerente à Promotoria de Justiça de Aurora. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedidos de Vista em 12/12/2017

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00376/2017-15 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Escola Superior do Ministério Público da União  
Embargado: Leandro Lara Moreira  
Objeto: Ministério Público da União. Escola Superior. Programa de Pós-Graduação. Edital-ESMPU 101/2016. Indeferimento de participação. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
- 11) Proposição nº 1.00582/2017-16  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 12) Procedimento de Controle Administrativo Nº 1.00636/2017-43 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Krishnamurti Lopes Mendes França  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07. Membro Krishnamurti Lopes Mendes França.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52  
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)  
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedidos de Vista em 05/02/2018

- 14) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00147/2017-64  
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. Movimento grevista da Polícia Militar estadual. Providências adotadas pelo Ministério Público estadual. Suposta interferência e incompetência de atuação por parte do Ministério Público do Trabalho. Pedido de liminar e de sigilo.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01059/2017-07  
Requerente: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portarias SGMP POR – 746/2017, SGMP POR – 747/2017 e SGMP POR – 751/2017. Remoção de servidoras da Ouvidoria. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva
- 16) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.01095/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Arilma Cunha da Silva  
Advogados: Aristίδes Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF n.º 1878-A; Juliana Moura Alvarenga Dilásccio – OAB/DF n.º 20.522; Roberto Baptista OAB/DF n.º 3.212  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de Revisão de decisões proferidas no PAD n.º 0.00.000.000741/2012-32. Fato novo. Sentença judicial. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

### Processo com julgamento iniciado

- 17) Proposição nº 1.00059/2015-09  
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

### Processos Remanescentes

#### Incluídos na Pauta da 19ª Sessão (10/10/2017)

- 18) Pedido de Providências nº 1.00390/2017-82  
Requerente: Estado do Amapá  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ajuizamento de ação civil pública contra Governador. Processos nº 0041152-11.2016.803.0001, nº 0053592-39.2016.803.0001 e nº 0002637-07.2016.8.03.0000. Usurpação de competência do Procurador-Geral de Justiça por parte de Promotor de Justiça. Lei Complementar nº 89/2015. Pedido de afastamento.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Amapá
- 19) Procedimento Avocado nº 1.00753/2017-07  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procedimento Avocado. Representação por Remoção Compulsória nº 2016.0032.4905-02. Conforme decisão proferida na Avocação CNMP nº 1.00503/2017-03.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

#### Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

- 20) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01  
Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM  
Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP nº 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP nº 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP nº 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP nº 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP nº 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP nº 122.486  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria-Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Ceará
- 23) Proposição nº 1.00752/2017-53  
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 24) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55  
Requerente: Thomas Santos Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00637/2017-05  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP n.º 1.00221/2015-07.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição n.º 1.00938/2017-67  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Critério temporal para a indicação de Promotor de Justiça para o exercício da função eleitoral não obedece à antiguidade na Comarca, devendo recair sobre aquele que mais remotamente a exerceu.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição n.º 1.00939/2017-10  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Indeferimento de desconto em folha dos servidores filiados a sindicato sem personalidade sindical, em razão da falta de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 28) Proposição n.º 1.00948/2017-01  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Prerrogativas dos remanescentes de lista tríplice anterior, composta para fins de promoção por merecimento, nos termos estabelecidos pelo art. 61, V, da Lei n.º 8.625/93, mediante análise fundamentada do Conselho Superior.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 29) Proposição n.º 1.00951/2017-70  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Recomposição do primeiro quinto de candidatos habilitados à remoção ou promoção por merecimento realizada, sucessivamente, na sequência da ordem de antiguidade, tantas vezes quantas necessárias para a formação da lista tríplice objeto da votação.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal



- 30) Proposição nº 1.00961/2017-15  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Competência do CNMP em conceder direito negado judicialmente.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 31) Proposição nº 1.00965/2017-30  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Arquivamento do feito administrativo, quando verificada a identidade de objetos e de partes entre a ação judicial e o procedimento em curso no CNMP.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 32) Proposição nº 1.00978/2017-45  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A existência de mecanismos de transparência ativa, como o Portal da Transparência, não desobriga o Ministério Público do dever de Transparência passiva, devendo prestar as informações que lhe forem solicitadas diretamente pelo cidadão, ainda que disponibilizadas em sítio eletrônico da Instituição.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição nº 1.00979/2017-07  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O sigilo nos processos administrativos, inclusive disciplinares, só é admitido em caráter excepcional, dada a regra da publicidade, consagrada nos art. 5º, XXIII, 37 e 93, IX e X, da Constituição da República.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 34) Proposição nº 1.00986/2017-82  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É imperativo que o Ministério Público divulgue os critérios utilizados na correção das provas discursivas de seus concursos para o provimento do cargo de membro, oportunizando acesso ao espelho de prova e garantindo prazo para interposição de recursos.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal

- 35) Proposição nº 1.00990/2017-03  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 36) Proposição nº 1.00991/2017-59  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Para a modificação de gabarito preliminar de concurso, exige-se motivação, por se tratar de decisão administrativa, seja em face de recurso, seja em caso de revisão de ofício.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

- 37) Proposição nº 1.00294/2016-71  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 38) Pedido de Providências nº 1.00820/2017-48 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Mario Cezar Raminelli  
Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Promoção de arquivamento. Procedimento Administrativo nº MPPR nº 0020.12.000250-4. Apuração de irregularidades ocorridas na Santa Casa de Misericórdia do Município de Cambé.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Paraná
- 39) Proposição nº 1.00928/2017-12  
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação da Comissão Extraordinária de Acompanhamento das Eleições 2018.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

- 40) Proposição nº 1.00947/2017-58  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteadas por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela Corregedoria local, não prescinde de um natural resqúcio de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 41) Proposição nº 1.00957/2017-00  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O termo inicial para a prescrição da pretensão de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada é a data de 1/10/2007, data do reconhecimento de tal direito pelo colegiado do CNMP.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00967/2017-47  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É condição de conhecimento de representação no Conselho Nacional do Ministério Público a identificação de representante. Há possibilidade, todavia, de Conselheiro do CNMP assumir a autoria e conhecer do pedido.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00972/2017-13  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Superior do Ministério Público a reapreciação de atos inerentes à atividade-fim dos membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 44) Proposição nº 1.00977/2017-91  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se conhece a notícia anônima, genérica, desprovida de elementos informativos mínimos. A notícia anônima, com fato concreto e grave, quando se justifica o temor do noticiante, pode ser convertida em procedimento de iniciativa do Conselheiro Relator, do Plenário, ou de qualquer Conselheiro.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal

- 45) Proposição nº 1.00988/2017-90  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O número de vagas oferecidas em concurso público, em número de 1 (um), permite a aplicação do percentual de vagas para portadores de necessidades especiais estabelecidas na Lei Maior.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 46) Proposição nº 1.00989/2017-43  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O atraso no início das provas não é fator bastante, por si só, para se considerar violado o princípio da isonomia no concurso realizado, se a isso não forem agregados outros elementos evidenciadores de prejuízo à igualdade de oportunidades na disputa.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 47) Proposição nº 1.00993/2017-66  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Cabe à Comissão de Concurso a apreciação dos recursos contra os resultados das provas de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público, podendo se valer da logística das bancas examinadoras para a prática de atos meramente executórios.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01062/2017-76  
Requerente: Cynthia Casseb Nascimben Galli  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Conselho Superior. Concurso para 4º Promotor de Justiça de Catanduva. Promoção por merecimento. Anulação. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00963/2016-32  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Telson Luis Cavalcante Ferreira – OAB/DF nº 28.294  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Abandono. Prazo superior a trinta dias consecutivos. 2º Promotor de Justiça de Timbaúba. Portaria CNMP-CN nº 255/2016. Baseada na RD nº 1.00839/2016-91.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00085/2017-08 (Recurso Interno)  
Recorrente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Critérios objetivos para promoções por merecimento. Não aplicação do art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 02/2005. Ausência de texto regulamentador no âmbito do Parquet baiano. Publicação de editais de remoção e promoção por merecimento nº 18/2017 e 20/2017.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Bahia
- 52) Proposição nº 1.00299/2017-30  
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 53) Sindicância nº 1.00604/2017-00 (Recursos Internos)  
Recorrentes: Flavia de Vasconcelos Araújo e Helvio Simões Vidal  
Recorridos: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Sindicância autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Minas Gerais
- 54) Proposição nº 1.00720/2017-02  
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00746/2017-23  
Requerente: Luis Felipe Jordão Wanderley  
Advogados: Cândido Dortas de Araújo – OAB/SE nº 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE nº 4.800; Luciana de Oliveira Viana – OAB/SE nº 4.430  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Revisão. Decisão proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para que não seja computado o voto proferido pelo Corregedor-Geral. Declaração de vitaliciamento de membro. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Sergipe
- 56) Proposição nº 1.00940/2017-72  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 57) Proposição nº 1.00950/2017-17  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Procedimentos realizados pelo Conselho Superior antes de iniciar as votações para composição das listas tríplexes para promoção por merecimento.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 58) Proposição nº 1.00959/2017-00  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Realização de processo seletivo para habilitação a cargos em comissão.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 59) Proposição nº 1.00964/2017-86  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ao considerar que a existência de subteto remuneratório nos Estados não se coaduna com o caráter nacional e unitário do Ministério Público, disciplina que os valores pagos a título de gratificação que ultrapassem o teto constitucional ficam congelados até a sua absorção por futuros aumentos no subsídio, vedada a concessão desses benefícios acima do teto constitucional aos membros e servidores que ainda não os percebem.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal

- 60) Proposição nº 1.00983/2017-11  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A expressão "servir juntos" constante da Resolução CNMP nº 01/2005, expressa a necessidade de vinculação e subordinação direta ou indireta dos servidores efetivos para caracterização do nepotismo.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01142/2017-12 (Recurso Interno)  
Recorrente: Mari Oni Santos da Silva  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conselho Superior. Preterição de nome para integração de lista tríplice de remoção por merecimento. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Rio Grande do Sul

Processos desta Sessão (20/02/2018)

- 62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50 (Embargos de Declaração)  
Embargante: David Evandro da Costa Carramanho  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências nº 0.00.000.000028/2006-41.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Amazonas
- 63) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00956/2016-59  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 64) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00966/2016-01 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Petronio Calmon Alves Cardoso Filho  
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ausência injustificada durante inspeção e expediente forense. Portaria CNMP-CN nº 261/2016. Baseada na Sindicância nº 0.00.000.000338/2016-37.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal



- 65) Reclamação Disciplinar nº 1.00020/2017-54 (Embargos de Declaração)  
Embargante: José Carlos Cruz  
Advogado: José Carlos Cruz – OAB/SP n.º 264514  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada para apurar conduta de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: São Paulo
- 66) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00043/2017-04 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Vilma Leiko Kato  
Advogado: Carlos Alberto Barbosa Ferraz – OAB/SP n.º 105.113  
Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015. Prescrição da pretensão administrativa. Decisão proferida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Paraná
- 67) Proposição nº 1.00185/2017-35  
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 68) Proposição nº 1.00188/2017-04  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ajuizamento de ação civil de perda de cargo de membro do Ministério Público. Prática de crime incompatível com o exercício do cargo.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 69) Reclamação Disciplinar nº 1.00344/2017-74 (Recurso Interno)  
Recorrente: Estado do Amapá  
Advogado: Davi Machado Evangelista – OAB/DF n.º 18081  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amapá.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Amapá



- 70) Reclamação Disciplinar nº 1.00386/2017-60 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ericson Ferreira Martins  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Rio de Janeiro
- 71) Reclamação Disciplinar nº 1.00427/2017-81 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Washington Araújo da Silva  
Embargados: Membros do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Rondônia.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Rondônia
- 72) Reclamação Disciplinar nº 1.00428/2017-35 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Gilmar Rodrigues; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Santa Catarina
- 73) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00430/2017-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Advogado: Mayara Solfyere Lopes Teixeira – OAB/PI n.º 6179  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Descumprimento de dever inerente ao cargo. Zelo pelo prestígio da justiça e dignidade das funções. Viagem ao exterior sem autorização. Atuação junto a 1ª Promotoria de Justiça de Altos. Portaria CNMP-CN nº 95/2017. Conforme verificado na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00239/2017-62.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 74) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00444/2017-00  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Utilização de expressões inapropriadas em face do Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Portaria CNMP-CN nº 109/2017. Baseado na Sindicância n.º 0.00.000.000038/2017-39.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

- 75) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00475/2017-05  
Requerente: Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Portarias que contrariam o Princípio do Promotor Natural. Resolução nº 01/2015 e nº 02/2013, do Colégio de Procuradores. Vedação de nomeação de Promotor "ad hoc".  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Tocantins
- 76) Reclamação Disciplinar nº 1.00479/2017-11 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Maria Aparecida Mello da Silva Losso  
Advogado: Paulo Marcelo Seixas – OAB/PR nº 38077  
Embargados: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Paraná
- 77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00556/2017-05  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Bruno Espineira Lemos – OAB/DF nº 17.918  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Manifestação pública indevida por meio de mídia social pessoal. Lançamento de dúvidas sobre a integridade dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público. Conforme a RD nº 1.00759/2016-49.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 78) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00618/2017-61 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Cristiana Cavalcante Benites  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão de decisão proferida no Procedimento Administrativo Disciplinar nº 2015.01266192. Baseada em informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00509/2017-35.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Rio de Janeiro
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00635/2017-90  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessado: Francisco das Chagas Barros de Sousa  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07. Membro Francisco das Chagas Barros de Sousa.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal

- 80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2017-43  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessados: Kleydson Muniz da Silva; Lais Neves Almeida; Lauro Vinicius Rodrigues da Silva; Michele Marques Mascarenhas; Michelle Quadros Dalmeida; Rafael Galvao de Almeida; Victor Souza Bastos  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração. Desvios de função. Conforme Acórdão proferido no PCA CNMP nº 1.00278/2017-97.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Bahia
- 81) Proposição nº 1.00743/2017-62  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessária coesão na atuação das unidades ministeriais. Fiscalização do Projeto de Integração do São Francisco – PISF.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 82) Reclamação Disciplinar nº 1.00777/2017-10 (Recurso Interno)  
Recorrente: Hildo Augusto de Rocha Neto  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Maranhão
- 83) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40  
Requerente: Abdel Hakim Farache  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: São Paulo
- 84) Reclamação Disciplinar nº 1.00803/2017-10 (Recurso Interno)  
Recorrente: Dimitry Valerievitch Bubnoff  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Rio de Janeiro

- 85) Pedido de Providências nº 1.00924/2017-06  
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – ASSEMPECE; Francisco Antonio Tavora Colares  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Reconhecimento de competência do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará. Exercício pleno do poder de regulamentação sobre matérias afetas a diárias, ajuda de custo, gratificação de execução de trabalho relevante, técnico ou científico de exercícios extraordinários. Determinações contidas na Lei nº 14.043/2007. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Ceará
- 86) Proposição nº 1.00936/2017-50  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Critério inserido na Resolução CNMP nº 30/2008 para a indicação do membro que exercerá as funções eleitorais leva em conta a Zona Eleitoral de atuação, e não a Comarca.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 87) Proposição nº 1.00937/2017-03  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Servidor admitido antes da Constituição de 1988, em caráter permanente e sob o regime da CLT, autoriza a conversão do respectivo emprego público em cargo efetivo, com fulcro no art. 243, da Lei nº 8.112/90.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 88) Proposição nº 1.00942/2017-80  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A entrada em exercício no cargo ao qual anteriormente havia sido objeto de impugnação caracteriza a perda de objeto do procedimento.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 89) Proposição nº 1.00943/2017-33  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Os membros do Ministério Público, na qualidade de agentes políticos, assumem o compromisso, inerentes a seu cargo, de se manterem à disposição dos jurisdicionados, em regime de trabalho que lhes impõe dedicação especial, sem que tal disponibilidade seja acompanhada de qualquer retribuição adicional àquelas já percebidas, seja mediante pagamento em espécie, seja mediante concessão de folgas.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

- 90) Proposição nº 1.00949/2017-65  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Inexistência de candidatos para compor a lista tríplice de remoção ou promoção por merecimento, buscando interessados no segundo quinto de antiguidade na entrância, sem a dedução do número de integrantes do primeiro quinto.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 91) Proposição nº 1.00952/2017-24  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É incompatível a incorporação de gratificação decorrente do exercício de funções pro labore faciendo, como são as de direção ou confiança, em período anterior à instauração do regime de subsídio, inexistindo motivação para seu pagamento, por força do art. 39, § 4º, da CF e da Resolução CNMP nº 09/2006. Cabível, apenas, o pagamento, até o valor do teto constitucional, das vantagens incorporadas antes da entrada em vigor do regime de subsídio.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 92) Proposição nº 1.00953/2017-88  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 93) Proposição nº 1.00954/2017-31  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função perante a Justiça Eleitoral de primeira instância deve recair sobre o Promotor de Justiça que há mais tempo deixou de exercer a função na zona eleitoral ou que nunca a tenha exercido nessa zona ou em qualquer outra.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 94) Proposição nº 1.00955/2017-95  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se permite o pagamento de verba, remuneratória ou indenizatória, criada por ato da administração superior dos ramos do Ministério Público. As vantagens de caráter indenizatório e a retribuição pelo exercício de determinadas funções, passíveis de recebimento pelos membros do Ministério Público, são apenas as previstas nas respectivas leis orgânicas.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

- 95) Proposição nº 1.00960/2017-61  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Possibilidade de nomeação para cargo em comissão na vigência de concurso público de analista do Ministério Público.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 96) Proposição nº 1.00962/2017-79  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 97) Proposição nº 1.00966/2017-93  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Violação dos princípios da moralidade e eficiência quando do pagamento de gratificação sem a prestação dos serviços correspondentes, causando prejuízo ao erário e obrigando, por isso, o ressarcimento.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 98) Proposição nº 1.00969/2017-54  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A legalidade do exame psicotécnico em provas de concurso público está submetida a três requisitos indispensáveis: previsão legal, adoção de critérios objetivos e possibilidade de revisão de resultado.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 99) Proposição nº 1.00971/2017-60  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O Conselho Nacional do Ministério Público não é instância de revisão de decisões administrativas do Ministério Público, não sendo sua atribuição reexaminar o mérito das decisões, ficando adstrito à averiguação de eventual ilegalidade.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

100) Proposição nº 1.00975/2017-84

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao CNMP analisar questão que, in totum, está sob apreciação do Poder Judiciário, sob pena de supressão/violação da competência do Poder Judiciário para decidir a lide em caráter definitivo.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

101) Proposição nº 1.00976/2017-38

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Incompetência do Conselho Nacional do Ministério Público para exercer controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

102) Proposição nº 1.00981/2017-04

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Nulidade dos atos que configuram nepotismo cruzado, vedado pelo art. 3º, da Resolução CNMP nº 01/05.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

103) Proposição nº 1.00982/2017-68

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se aplicam as vedações da Resolução CNMP nº 01/05 aos parentes de membros aposentados e servidores efetivos do Ministério Público ou de outras instituições públicas.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

104) Proposição nº 1.00987/2017-36

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É inadmissível a contratação para a organização de concurso público de entidade que promova cursos preparatórios para certames, evitando-se possível conflito de interesses.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

105) Proposição nº 1.00992/2017-02

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não há direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas previsto em edital, ainda que para o provimento de vagas surgidas em decorrência de concurso de remoção. Discricionariedade administrativa diante da necessidade do serviço e da disponibilidade orçamentária.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal



106) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01002/2017-07 (Recurso Interno)

Recorrente: Adriano da Silva Lima

Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Inércia. Apuração de irregularidades no andamento de concurso público para provimento de cargos na Prefeitura de Mirai. Cumprimento de termo de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Minas Gerais

107) Pedido de Providências nº 1.01051/2017-78

Requerente: Ana Maria Guimarães Braga

Advogado: Bruno de Mendonça Pereira Cunha – OAB/MG n.º 103584

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Colégio de Procuradores. Resolução n.º 08/2017. Fusão de atribuição das Promotorias de Guaçuí e Dores do Rio Preto.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Espírito Santo

108) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01064/2017-83

Requerente: Maurício Gomes de Souza

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Corregedoria Geral. 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Determinação de preenchimento de relatórios bimestrais. Informações que já estão disponibilizadas em sistema integrado (SIMP). Pedido de liminar.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Piauí

109) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01106/2017-59 (Recurso Interno)

Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Recorrido: Interjato Serviços de Telecomunicações Ltda.

Advogado: Larissa Brandão Teixeira – OAB/RN n.º 8034

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Pregão eletrônico. Contratação de serviço de transmissão de dados dedicada. Suspensão. Renovação contratual. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Rio Grande do Norte



- 110) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01141/2017-69  
Requerentes: Carlos Rogerio Beserra da Silva; Eduardo Palacio Rocha; Fabricia Barbosa de Oliveira; Karine Araruna Xavier; Lenara Batista Carvalho Porto; Luiz Antonio Franca Gomes; Paulo Maurício Araújo Gusmão; Rafael Maia Nogueira; Renata Marcia Rodrigues Silva; Romana Leite Vieira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Conselho Superior. Deferimento de permuta. Violação ao art. 1º, I, da Resolução CNMP n.º 03/2007. Suposta burla aos critérios de movimentação na carreira.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Piauí
- 111) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01184/2017-08  
Requerente: Emerson Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado de Maranhão. Desconto em vencimento de servidor. Pedido de anulação de ato administrativo. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Maranhão
- 112) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00041/2018-97  
Requerente: Emerson Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Desconto na remuneração de servidor. Indeferimento de pedido de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar. Referente ao mês de janeiro 2018. Requer anulação da decisão e reposição do valor descontado. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Maranhão
- 113) Pedido de Providências nº 1.00064/2018-47 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fernando Jose Diaz Fernandez  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Atuação. Recebimento de medicamentos custeados pelo governo por cidadão hipossuficiente. Manifestação contrária da unidade ministerial da Comarca de Joinville. Descumprimento da Lei nº 10.741/2003.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Santa Catarina

**RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**